

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco reuniram-se de forma online para a quinta reunião de Câmara de Ensino Fundamental / Especial os conselheiros Ana Lucia Rodrigues, Carolline Pereira de A. Maia, Clicie Maria Cancelier Negoseki, Dheborá Cristina da Silva e Maristela do Rocio.

A Presidente de Câmara de Ensino Fundamental / Especial Dheborá Cristina da Silva inicia a reunião cumprimentando a todos, explicando as alterações no referencial curricular do Ensino Fundamental, conforme o Ofício 356. As mudanças incluem a inclusão da Educação Digital e Midiática como componente curricular obrigatório no Caderno três, substituindo a Língua Inglesa, e a alteração da periodicidade da semana de estudo de bimestral para trimestral, alinhando-se ao sistema de avaliação da unidade de ensino. No Caderno seis, a Língua Estrangeira foi incorporada como objeto de conhecimento central na unidade temática de cultura e arte, aumentando de duas para três horas semanais, enquanto a unidade de tecnologia da informação teve sua carga horária reduzida para duas horas semanais, focando em robótica, propôs que as alterações, destacadas em amarelo, fossem lidas em conjunto para visualização. Os conselheiros concordaram com a leitura para ter um panorama geral antes das sugestões. Assim a Presidente Dheborá inicia a leitura e detalha acréscimos em diversas páginas, como na página 31, referente à robótica, e na página 32, onde o trabalho com a língua estrangeira visa ampliar o repertório cultural dos estudantes e promover o respeito à diversidade. Na página 79, a dimensão cultural, cultura e arte, tiveram a língua estrangeira adicionada como objeto de conhecimento central, com foco em oralidade, leitura e intertextualidade, para que os alunos reflitam criticamente sobre sua contribuição para a inserção no mundo globalizado, na página 104, no Quadro 17, que trata da matriz curricular de cultura e arte na educação em tempo integral, com a inclusão de múltiplas linguagens e acréscimos de palavras como história, tradições, costumes, arte, música, dança e linguagem. Na página 106, a referência a línguas estrangeiras oriundas especialmente de estudantes migrantes foi adicionada. Na página 110, nos critérios avaliativos gerais para o 1º ao 5º ano, foi enfatizada a percepção do idioma como meio de compreensão da diversidade e de contextos sociais, além de expandir o vocabulário para formar um sujeito crítico. A conselheira Carolline expressou preocupação com a utilização da palavra língua estrangeira no referencial, visto que o ofício inicial mencionava especificamente a língua inglesa. As conselheiras Clicie e Ana Lucia corroboraram essa preocupação, ressaltando que língua estrangeira é um termo abrangente que inclui outras línguas como espanhol e ucraniano, e que, se o município foca no inglês, isso precisa ser claramente delimitado para evitar questionamentos. A conselheira Ana Lucia levantou preocupações sobre a preparação e os critérios de seleção dos profissionais que trabalharão com a língua inglesa na educação em tempo integral. Ela enfatizou a necessidade de definir o perfil e a forma de capacitação desses professores, sugerindo que não seja uma designação por antiguidade, mas sim por qualificação, semelhante aos critérios para a sala de recursos. Argumentou que, embora o referencial não precise detalhar a escolha dos profissionais, é fundamental que o Conselho receba informações claras sobre como esses critérios serão normatizados para a aprovação da proposta. Ela questionou como os profissionais serão preparados para trabalhar com a educação digital, dada a complexidade do tema e a necessidade de planejamento específico. A conselheira Clicie manifestou preocupação com a educação digital, defendendo que o componente deve ter uma prática pedagógica abrangente e não se limitar ao uso de computadores ou tablets, dizendo “Então assim, a preocupação que eu tenho do componente de educação digital é aquilo que eu já vim trazendo aqui nas nossas discussões, a experiência que eu tenho do Estado. Então eu acho que foi uma defesa da equipe do Edige, que defendeu que virasse componente curricular, mas a gente precisa ter sim um cuidado, zelo e a responsabilidade de que não seja mera ação instrucional ou informativa. A gente tem que pensar que esse componente ele tem que ter prática pedagógica inserida dentro. Não é só pensamento computacional que o Estado usa que a educação digital é computador, celular e tablet. Ele tem que ter um pensamento computacional ou uma educação digital mais abrangente e com foco no pedagógico, senão a gente vai formar técnicos em educação digital e não crianças e estudantes que trabalham um pensamento digital. Eu acho que isso também é de suma importância a gente focar dentro do referencial esse cuidado”. A conselheira Carolline reconheceu a dificuldade na leitura do referencial sobre educação digital por não ser uma especialista, mas afirmou que a equipe responsável pelo digital demonstrou organização e um plano de formação claro para os professores, embora o atraso na aprovação tenha postergado o início dessas formações dizendo “Então eu vou encaminhar um parecer de que se faça adequação da palavra dentro do referencial ali do tempo integral para a língua inglesa. Esse referencial ele vai voltar pra gente, pra gente fazer novamente. Então, provavelmente, Dheborá tem aí sim mais uma reunião e aí fique uma reunião extraordinária do Conselho para a semana que vem. Vai ter que ser no máximo quarta-feira, porque na sexta tem que estar fazendo a publicação do parecer. Eu até vi que a Undime ontem compartilhou novamente as condicionalidades do VAAR com prazo até 31 de agosto. O segundo ponto do digital, eu li, gente, eu vou falar para vocês aqui para mim, professora, difícil uma leitura de um referencial difícil, porque eu não tenho esse entendimento que o pessoal do digital tem, todo esse conhecimento sobre a computação, enfim, da forma como está no referencial, super organizado, bem estruturado. Toda questão até de tabela, de quadros apresentados ali não tem o que falar, mas claro que para mim fica um pouquinho mais difícil pelo meu próprio conhecimento. Eu não sou uma professora do digital. Eu não tenho essa bagagem hoje para chegar aqui, explorar e falar para vocês. Não, o referencial não tem. Eu fiz no meu olhar de professora do que eu do que eu acreditava que seria importante, Então, todo momento trazendo o aluno como construtor do processo em conjunto junto com o professor, foram as coisas que eu avalei, a questão da BNCC, dos eixos articuladores está alinhada com a proposta do município também, do ser agir e pensar a espiral. Fui olhando essas questões mais básicas para ver, para pautar o que eu acredito que o trabalho deles esteja alinhados, porque eles já estão há um tempo em cima disso, eles já sabiam qual era a necessidade do município, qual era a referência do município e eles construíram o trabalho do referencial do digital dentro disso. Então isso eu não tenho dúvida, correspondência de lei, a obrigatoriedade, a questão da formação que foi levantada aqui na comissão técnica, no qual eu tenho faço parte lá e tenho acompanhado, eles têm todo um planejamento já e até a angústia deles da aprovação era essa, eles têm todo um planejamento para esse ano começar as formações, para esse professor estar apto.

Obviamente esse professor já está amparado para se iniciar o ano que vem às aulas, do digital. Então assim, é uma turma que traz uma bagagem, eles têm uma estrutura boa e eles têm já esse plano de formação com datas e com tudo que atrasou devido à questão do referencial ter atrasado também, porque na ideia deles era já de começar no segundo semestre. O que não ficou claro dentro da comissão é quais professores viriam nesse momento para essa formação, porque ainda não tem a portaria de escolha de turma firmada, para isso. É o outro estudo que eles querem fazer, quem virá, que se vai ser posto critérios, não vai, quem será esse professor do componente da educação digital e mediática. Mas a questão da formação, diferente do inglês para o tempo integral, ele já tem um planejamento. Não está aqui no referencial porque eu acredito que não caiba óbvio, mas eles têm aquela, eu vou falar àquela turminha que são maioria são jovens. Aquela turminha está bem amparada, muito bem organizada, assim, me demonstram muita responsabilidade no que estão fazendo, mas eu entendo a preocupação de vocês, mas eu do que eu vi Carol, não fico preocupada, claro, como qualquer coisa que você vá se iniciar no município como novo, qualquer coisa que você fosse proposta aqui como nova, claro que a gente fica preocupado de que forma que isso vai acontecer, mas eles têm sim. Não posso falar que eles não têm uma organização já prévia, porque eles já têm esse pensamento, já estão pronto, eles têm tudo o que eles vão trabalhar como a forma que eles vão trabalhar. A conselheira Ana Lucia diz “até sei que eles têm realmente, mas ele precisa chegar pro Conselho, isso precisa chegar para nós para poder ter aprovação, porque são dúvidas, que vão aparecer até na hora de uma aprovação do Pleno. E ela tem que estar alinhada com a nossa aprovação. Por isso que eu pergunto assim, como que vai ser trabalhada a questão dos critérios? Quando eu citei ali a questão do inglês, e fiz a comparação com a sala de recursos, mas é que a sala de recurso refere-se à educação especial e tem esse critério. Esse critério existe como normativa já. Isso tem na questão da legislação de quem vai trabalhar na educação especial. Aí, provavelmente, Carol, tenha que fazer uma normativa do conselho. Se tiver, por exemplo, por inglês, a gente vai ter que fazer uma normativa, porque ela não tem uma lei. Para a educação digital, se tiver que fazer critérios também pro trabalho, eu acredito que tenha para não ficar assim, sei lá, solto, porque vai ter a mesma situação que eu penso, aqueles que têm a formação e tal, vão fazer um bom trabalho, mas vão ter aquele assim, ah, é para trabalhar só lá em informática na sala. Então daí eu vou me colocar, mas não tenho todo o entendimento necessário para esse trabalho. E eu sim, acredito muito na competência daquele grupo, desde o começo, já quando eles apresentaram o ano passado, o trabalho que eles teriam, que gostariam de fazer, tanto nas formações, e antes da BNCC computação também, quando se tava só pensando nisso, é só para que chegue isso para o Conselho e a gente já tenha isso, até na numa aprovação pro Pleno de como vai ser esse trabalho, como esse trabalho vai ser feito. Uma coisa complementa a outra. Então ele tem que estar articulado para que a gente possa também aprovar”. Após as discussões, decidiu-se encaminhar um parecer sugerindo a adequação da palavra língua estrangeira para língua inglesa no referencial do tempo integral. Informou sobre a urgência do prazo para publicação do parecer, que é 31 de agosto, e a necessidade de uma reunião extraordinária na próxima semana. A sugestão é que o referencial retorne com as adequações para uma nova leitura e aprovação. As conselheiras Clície e Ana Lucia defenderam que a formação para a educação digital deveria ser ampliada para toda a rede, evitando a criação de nichos de professores e garantindo que o conhecimento não se restrinja a um grupo específico. A Conselheira Carolline ponderou que a escolha de transformar a educação digital em um componente curricular, e não em algo transversal, foi justamente para viabilizar um investimento mais específico em formação, que talvez não conseguisse atingir a todos com uma abordagem mais ampla. A conselheira Carolline diz “É porque uma das falas deles que eu lembrei, quando eles falaram na escolha de não ser transversal, foi justamente pelo intuito da formação. Se ela fosse transversal, ela seria uma formação mais ampla, então eles não iam conseguir fazer um trabalho tão específico, eu lembro que na conversa que a gente teve com eles, eles falaram e deixaram isso claro, que não era obrigatório, que poderia ser um transversal, mas que o município escolhia transformar em componente para que houvesse um investimento melhor, principalmente em formação, que não ia conseguir atingir todos. Então, essa escolha do município no quesito da transversalidade. Mas agora o que eu quero organizar com vocês para que a gente possa dar os próximos passos é como vai ficar esse referencial. Então, da língua inglesa, a gente pede para que faça ali a adequação da palavra e agora para a educação digital e mediática, de que forma que a gente vai proceder? devido ao prazo que estou falando. Porque daí vou correr aqui hoje, gente, não tenho muito o que o que fazer. Sugere um parecer, uma aprovação, enfim, o que vocês estão aí no pensamento?” A Conselheira Ana Lucia sugeriu que, para a reunião do pleno, sejam apresentadas as propostas de trabalho para o inglês e a educação digital, incluindo como serão feitas as formações e a escolha dos grupos. Ela reforçou a importância de delimitar a língua inglesa para evitar problemas com órgãos como o MEC, que podem questionar a ausência de outras línguas estrangeiras se o termo língua estrangeira for mantido. A Conselheira Clície sugere que a Semed apresente o perfil ou os critérios para a escolha dos profissionais, como formações específicas ou tempo de atuação para evitar que professores sem preparo assumam as áreas de inglês e educação digital, o que poderia comprometer o trabalho. A Conselheira Ana Lucia reforçou a sugestão de que a formação inicial para a educação digital seja geral para todos os profissionais, já que uma seleção rigorosa neste momento seria inviável. As conselheiras Ana Lucia e Clície compartilharam a experiência com a sala de recursos na educação especial, onde, apesar de um edital claro, alguns profissionais pedem para sair por não se adaptarem. Isso serve de alerta para as novas áreas, sugerindo que, em caso de desistência, o profissional conclua o semestre para não prejudicar os estudantes. Nada mais havendo para tratar a Presidente agradece a participação de todos e encerra a reunião. Eu, Vanessa Ribeiro de Andrade Silka, lavei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pela Presidente Dheborá Cristina da Silva, da Câmara de Educação Ensino Fundamental / Especial de São José dos Pinhais.